



Não à PEC 32! Não é uma reforma, é o fim dos serviços públicos!

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), está insistentemente ameaçando colocar a Reforma Administrativa de Bolsonaro/Guedes – a PEC 32 - em votação (1). Lira e Bolsonaro já haviam tentado aprovar tal PEC, que liquida os serviços públicos, liberando as privatizações, terceirizações e contratações de Organizações Sociais (OSs), para que empresários lucrem às custas de verbas públicas e de direitos básicos da população como Saúde e Educação. Mas a mobilização popular barrou a PEC32 naquele momento.

Mentiroso, Lira volta a dizer que a reforma só atingirá os novos servidores; o que é falso (ver abaixo: 1, 2, 3). A proposta também é um duro golpe aos concursos públicos, abrindo as portas para milhões de contratações temporárias sem estabilidade ou garantias para servidores, escancarando a entrada de apadrinhados políticos nas três esferas. Trata-se de um retrocesso que jogará o serviço público do país de volta ao século XIX.

Somando-se as três esferas (federal, estadual e municipal), o Brasil tem apenas 12,45% de sua força de trabalho empregada no serviço público. É quase metade dos 23,48% da média dos países da OCDE. É menor até mesmo que nos Estados Unidos (4). Ao contrário do que diz o senso comum, são poucos servidores para atender as demandas por políticas públicas nas áreas sociais, fiscalização, segurança, saúde, educação, meio ambiente... A supressão dos serviços ao povo, promovida pela PEC 32, se fosse aprovada, aumentaria ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Lira, que seguiu mais de 100 pedidos de afastamento de Bolsonaro (PL), não se tornou conhecido somente por alimentar o centrão a partir de emendas secretas e cargos no governo. Foi também essencial nas votações de toda agenda regressiva contra direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: da reforma trabalhista à da previdência - que deixará milhões sem direito à aposentadoria. A lista de ataques não é pequena.

O atual governo já disse discordar da PEC-32. O presidente Lula, aliás, havia participado da campanha dos sindicatos e servidores contra tal PEC em 2021 (5); campanha, aliás, que conseguiu tira-la de pauta. A liderança do governo na Câmara, respondendo a Lira, disse que a PEC-32 não está em sua agenda (6).

Dados os vícios regimentais congressuais, a PEC só pode ser retirada de tramitação mediante pedido de seu autor (o Executivo), se o presidente da Câmara se dispuser a colocá-lo a voto no Plenário, devendo esse último (mais reacionário que o da legislatura anterior) aprovar a retirada.

A luta para enterrar de vez a PEC-32 é uma necessidade para a defesa dos Serviços Públicos, indispensável à recuperação e expansão dos programas sociais e ao desenvolvimento do povo e da nação brasileiras. Por isso, chamamos a mais ampla unidade dos servidores públicos em todos os níveis e em diálogo com a população para retomarmos a campanha iniciada em 2021. Dirigimo-nos ao presidente Lula para que reforce sistematicamente a posição de seu governo contra essa Reforma Administrativa de cabo a rabo, sem emendá-la ou “melhorá-la” (como sugerido pelas dissimulações de Lira). Juntos vamos impedir que a PEC 32 seja colocada em votação!

(1) <https://www.poder360.com.br/congresso/a-empresarios-lira-pede-apoio-para-votar-reforma-administrativa/>

(2) <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/90046-os-atuais-servidores-e-a-reforma-administrativa>

(3) <https://www.conjur.com.br/2021-jun-17/oliveira-efeitos-reforma-administrativa-atuais-servidores> .

(4) <https://piaui.folha.uol.com.br/os-marajas-e-os-peoes-do-funcionalismo-publico/>

(5) <https://www.cut.org.br/noticias/lula-recebe-documento-de-servidores-e-reafirma-que-e-contra-pec-32-a728>

(6) <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nao-e-hora-de-discutir-reforma-administrativa-sugerida-por-lira-diz-lider-do-governo-a-cnn/>